



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Moradores reagem, e mudança de nome do Parque Sudoeste é arquivada



O projeto de lei que previa a modificação da nomenclatura do Parque Bosque do Sudoeste para Parque Monsenhor Jonas Abib foi retirado de pauta e não será mais votado pela Casa. É o que anunciou o autor da proposta, deputado João Cardoso (Avante), em suas redes sociais. O parlamentar afirmou que a iniciativa da proposta se deu para atender a uma reivindicação que chegou ao seu gabinete que visava homenagear o religioso fundador do movimento católico Renovação Carismática, mas que, após repercussão negativa dos moradores da região administrativa, optou por não dar seguimento à proposta. Consequentemente, a audiência pública organizada para debater o PL também foi cancelada.



Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Título merecido

A Câmara Legislativa fará, amanhã, uma homenagem à diretora de redação do Correio Braziliense, Ana Dubeux. A jornalista pernambucana, que vive na capital do país há mais de 30 anos, receberá o título de Cidadã Honorária de Brasília. Ana sempre trabalhou em benefício da cidade, pela preservação e qualidade de vida, seja no conteúdo editorial, em campanhas do jornal e nos artigos publicados todos os domingos. A iniciativa é da deputada Paula Belmonte (Cidadania).

Hora da decisão

Depois de um longo período de debates, a Câmara Legislativa se prepara para analisar o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico (PPCub). Está prevista para hoje a votação na Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) e na quarta-feira no plenário.

Homenagem às profissionais da saúde

A Câmara Legislativa homenageou, ontem, profissionais femininas da saúde que contribuíram diariamente para o avanço e a humanização dos serviços médicos no DF. A iniciativa da procuradora especial da mulher e presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Casa, deputada Dayse Amarílio (PSB), também abordou a importância da paridade de gênero na saúde e do ensino presencial na formação dos profissionais da área. O evento contou com a presença de Sandra Soares Costa e de Janete Ribeiro Vaz, presidente e vice-presidente do Conselho de Administração do Grupo Sabin, respectivamente; Sara Silva, defensora da Saúde da Mulher e assessora técnica do Ministério

CLDF/Divulgação



da Saúde; e Kelly Cristina Costa, secretária de assuntos jurídicos do Sindicato dos Enfermeiros do DF e sócia do Instituto Wanda Horta. Participaram, também, o deputado Max Maciel (PSol); a presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM-DF), Lúvia Vanessa Ribeiro Gomes Pansera; e a fundadora das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS), Ena Galvão. Na abertura da solenidade, Dayse Amarílio destacou que, apesar dos desafios para alcançar direitos básicos, desde piso salarial à jornada digna de trabalho, as mulheres predominam nos serviços de saúde, principalmente relacionados à assistência aos pacientes. "Não é por acaso que o segmento da saúde é composto por 85% de profissionais do sexo feminino, um verdadeiro reflexo do cuidado que é quase inato a nós, mulheres", afirmou a parlamentar.

Memórias de 1964

Será lançado, hoje, o livro 1964: Eu Era Criança e Vivi, uma coletânea de pequenos ensaios e depoimentos de pessoas que à época eram crianças. São retratadas percepções e memórias de um acontecimento que, após 60 anos, ainda está presente na atualidade. Mortes, prisões, tortura e lembranças prosaicas estão presentes em todas as páginas, segundo conta um dos autores, Luiz Philippe Torelly. "Vivemos ainda os paradigmas de então. A recente aprovação do regime de urgência de lei para restringir ainda mais o direito ao aborto é uma prova cabal dessa continuidade histórica", diz.

Divulgação



Impostos extras

Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) indica que 95% das empresas brasileiras pagam impostos extras sem ter ideia do rombo. "Isso é resultado de uma cadeia nociva provocada pelo emaranhado de regras tributárias criado ao longo das décadas", diagnostica Diogo Montalvão, advogado,

sócio e administrador do escritório Montalvão & Souza Lima Advocacia de Negócios, especializado em direito tributário. "As empresas pagam valores que vão além de suas responsabilidades por desconhecimento de estratégias para usufruir de leis que lhes são favoráveis. As receitas Federal e Estadual dão de ombros ou também, elas próprias, desconhecem as atualizações fiscais, e seguem cobrando os mesmos valores de antes", acrescenta.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR

Por que temas controversos envolvendo tabus estão na ordem do dia: aborto, drogas, armas, universo LGBTQIA+? São importantes, mas entram no debate por outro motivo. Qual?

"Não podemos esquecer que todo esse retrocesso sobre o aborto legal voltou à pauta por causa do Conselho Federal de Medicina, que emitiu uma resolução proibindo médicos de realizarem a assistolia fetal após as 22 semanas de gestação e nos casos de aborto previstos em lei. A resolução foi suspensa pelo STF graças a uma ação do PSol. E o PL da Gravidez Infantil foi apresentado pela bancada cristã fundamentalista e pela extrema-direita só para intimidar o Supremo"

Deputado distrital Fábio Félix (PSol)



Ed Alves/CB/DA.Press



SÓ PAÇOS



Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press

"A esquerda vem com uma narrativa totalmente equivocada para confundir a população. A Constituição já garante o aborto em três situações, inclusive até 22 semanas. O que o projeto de lei fala é que após 22 semanas, que são mais de cinco meses, você não pode mais fazer o aborto. Porque isso é crime. Depois de 22 semanas, o feto já é uma criança. Se houver um parto prematuro, ele tem todas as condições de sobreviver"

Senador Izalci Lucas (PL-DF)

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | MOACYR REY FILHO | PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MPDFT

Ao CB.Poder, conselheiro do CNMP reforçou a importância de utilizar a inteligência artificial com cautela e revisão humana

O uso da IA no Ministério Público

» LUIS FELYPE RODRIGUES

O MP Digital — conjunto de serviços voltados à integração digital do Ministério Público — e o uso da inteligência artificial (IA) foram pontos abordados pelo promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Moacyr Rey Filho, durante o programa CB.Poder — parceria entre Correio e a TV Brasília — de ontem. Às jornalistas Ana Maria Campos e Mila Ferreira, o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) explicou como as novas ferramentas podem auxiliar o trabalho do MP, mas ressaltou que a IA deve ser utilizada com revisão humana e cautela em relação aos dados pessoais sensíveis.

O que é o MP Digital?

Começamos na Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP com a ideia de entender a realidade da transformação digital e as inovações em todos os ministérios públicos do país. Construímos um projeto de governança de dados e transformação digital para conhecer a reali-

Kayo Magalhães/CB/D.A.Press



dade dos MPs do Brasil, isso antes de estabelecer qualquer norma ou tipo de resolução.

O que esse diagnóstico mostrou?

Percebemos que os ministérios públicos não estavam tão atrasados. Havia iniciativas muito boas e cada MP se destacava em alguma delas. Mas notamos que havia iniciativas repetidas. Isso foi muito marcante, porque vimos que todos os recursos financeiros, de pessoal e de tempo, eram destinados a cada MP. Identificamos esse isolamento, ilhas (MPs estaduais e do DF, União, Federal, do Trabalho e

Militar) e não um ministério público nacional, e entendemos que, salvo algumas peculiaridades de cada estado, temos o mesmo modelo de atuação.

De que forma essa estratégia está sendo replicada nos MPs e como ela dará mais celeridade aos processos?

Instituímos a Estratégia Nacional do MP Digital e a Política Nacional do MP Digital. A estratégia é fomentar todos os MPs, cada um construindo as próprias estratégias. É uma estratégia nacional que

induz a estratégia local com as peculiaridades de cada um. Já a política nacional previu dois instrumentos: a plataforma MP Digital e a rede nacional de inovação. Para uma comparação, a plataforma MP Digital é como um *goub*, com produtos e serviços voltados para os membros e servidores dos MPs e também para as administrações deles.

Esse sistema integrado facilita a atuação do promotor de Justiça no que se refere a dados?

Facilita, justamente porque

hoje, por exemplo, um acusado pode fazer um acordo para não ser denunciado e não ter uma instrução processual. Como atualmente não temos esses dados em nível nacional, não conseguimos impedir que ele possa fazer um acordo em um estado e depois em outro, burlando o sistema. Essa ferramenta vai possibilitar a integração para termos uma visão nacional. Assim, vamos ter essas informações de cada MP de forma automatizada. A integração vai permitir que desenvolvamos ferramentas em nível nacional.

Em relação à IA, na prática, qual tipo de serviço ela pode oferecer para auxiliar no trabalho dos MPs?

O CNMP está fazendo o trabalho de coleta das iniciativas de IA. O que temos visto é que ela está sendo aplicada com cautela e segurança no uso de dados pessoais sensíveis. Estamos conseguindo automatizar processos que são mais repetitivos e têm menos detalhes. Por exemplo, aqui no Ministério Público do DF, temos uma iniciativa que trata dos processos de Juizado Especial Criminal, que são crimes de menor potencial ofensivo, como ameaças e injú-

ria. Para essas coisas, estamos automatizando. Dessa forma, o sistema oferece um resumo com todos os detalhes do processo e sugere a peça. O principal é que toda a mística sobre a IA fica muito mais clara quando partimos do pressuposto da revisão humana, em qualquer área. A IA tem um potencial muito grande na tomada de decisão, que será feita pelo especialista da respectiva área.

Como o ChatGPT pode ajudar na vida do promotor de Justiça?

Eu já uso. É claro que essa utilização é para questões pessoais e não para o trabalho, pois entendemos que essa tecnologia generativa, como é o caso do ChatGPT, ainda está sendo incorporada ao setor público. No entanto, é necessário ter cuidados com relação ao uso seguro dos dados das pessoas. As próprias Big Techs — grandes empresas de tecnologia da informação — estão desenvolvendo ferramentas que possibilitam a segmentação da nuvem. Assim, quando você contrata uma empresa, ela faz essa segmentação, o que nos permitirá ter a nuvem do CNMP.

* Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo